

EDITORIAL

General
José Luiz Pinto Ramalho



Com este número da Revista Militar inicia-se o 66º Volume e o 165º ano da sua publicação ininterrupta. Continuaremos, Sócios e, naturalmente, Direção atentos às realidades nacionais e internacionais da Segurança e da Defesa e, também, da Instituição Militar.

No quadro da segurança e estabilidade internacional o ano que agora se inicia será marcado pelas consequências previsíveis da retirada, do Afeganistão, das tropas americanas e também europeias, deixando apenas efectivos residuais, retirada que estará concluída em dezembro. Do lado dos EUA, será o final de uma guerra longa, iniciada em 31 de dezembro de 2001, hoje tão impopular como foi a do Vietname, que causou, até agora, mais de 2000 militares mortos e próximo de 20000 feridos e materializa-se o assumir do seu novo empenhamento estratégico na região Ásia-Pacífico, a par de um recente reforço de cerca de 1500 Marines estacionados na Austrália.

Para a OTAN, para os Europeus e para a União Europeia coloca-se outra vez a questão da missão futura que justifique o seu papel estratégico de Aliança indispensável e de instrumento indiscutível da coesão estratégica transatlântica e, aos europeus, como demonstrar o seu carácter de aliados preferenciais e credíveis. Certamente que a UE voltará a ser confrontada, interna e externamente, com a realidade da sua PCSD e com a necessidade de alterar o seu discurso político, neste domínio, centrado nas políticas de cooperação, em matérias relacionadas com a base industrial europeia de defesa, perante uma prática de cortes orçamentais no domínio dos equipamentos de defesa e a necessidade de demonstrar uma efectiva capacidade militar.

A entrega da responsabilidade da segurança e defesa do seu País, aos afegãos, não está isenta de riscos para a paz e estabilidade, quer daquele Estado, quer para a região; se na verdade a saída americana não deixa atrás de si “um vazio”, é igualmente real que os “talibans” não desapareceram e que a questão da luta pela estabilidade política, pelo desenvolvimento e pela paz vai continuar a ser um desafio permanente, em termos internos. Em termos externos, será igualmente de acompanhar o comportamento dos dois

atores regionais, potências nucleares - o Paquistão acusado de apoiar os “talibans e grupos jihadistas” e de ser responsável por alguma instabilidade nas fronteiras com o Afeganistão, e a Índia, tradicionalmente apoiante dos “inimigos” daquele primeiro país. Daqui resulta a questão de como se irá processar a procura da influência, por parte de cada um destes dois países sobre o Afeganistão.

Também em termos internacionais a situação na Síria; os desenvolvimentos na bacia sul do Mediterrâneo, no Médio Oriente, em particular no Egipto; mas, igualmente, o permanente diferendo entre Israel e os Palestinos; a situação no Iraque; a concretização do acordo sobre o nuclear com o Irão; assim com o comportamento da Coreia do Norte, relativamente a esta matéria; em África, países como o Congo, a Serra Leoa, o Sudão, o Mali, a Nigéria e a África do Sul pós Mandela, são situações que irão marcar a agenda internacional.

A intervenção estratégica da Rússia e da China nestes domínios e o seu desafio à assumida liderança internacional dos EUA será determinante para a manutenção da paz e estabilidade internacional. Ainda relativamente à China, a recente visita do Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe, ao túmulo Yasukuni, que honra os seus mortos na II^a GM, incluindo aqueles que foram condenados como criminosos de guerra, exacerbou as tensões na região não só entre estes dois países, relativamente às ilhas Senkakus/Diaoyu e Okinawa, como também com a Coreia do Sul. Quanto à Rússia, estaremos confrontados com um Putin, cada vez mais confiante na sua intervenção política internacional, sendo previsível uma postura mais assertiva quer em relação à Geórgia, quer à Ucrânia.

Quanto à Europa, durante este ano continuaremos confrontados com a crise das dívidas soberanas dos Estados da EU e correspondentes políticas de austeridade e comportamento do Euro. Em função disso, uma avaliação internacional efectuada pela Economist Intelligence Unit, publicada em Dezembro do ano passado, feita a cento e cinquenta países, no que respeita aos riscos de instabilidade política e social, nos Estados da UE, coloca na classificação de “muito alto risco” a Grécia e “alto risco”, a Croácia, o Chipre, a Espanha, Portugal e a Roménia; a classificação tem cinco graus, “muito baixo”, “baixo”, “médio”, “alto” e “muito alto”.

Esta avaliação é feita a partir da análise das instituições políticas e das respectivas elites, das políticas de austeridade e diminuição de rendimentos das classes médias, dos níveis de desemprego, das políticas económicas percebidas como não respeitando a equidade dos sacrifícios, dos resultados das políticas governativas e da afectação de apoios e das políticas sociais.

Na Europa será ainda de seguir os desenvolvimentos relativos à Escócia e à Catalunha, ambas agitando a afirmação da autonomia política, a par da crescente instabilidade política e social, não só na Turquia como também na Bulgária.

Por último, relativamente à Instituição Militar, o novo ano nos mostrará as implicações das reduções efectuadas nas Forças Armadas e da desarticulação dos apoios sociais,

designadamente na saúde, na sua efectiva capacidade operacional, assim como na resposta político-militar às solicitações internacionais da segurança cooperativa, em especial relativamente à presença militar nacional futura, quer no Afeganistão, quer no Kosovo, aos desenvolvimentos da PCSD, a nível da EU e ainda, da nossa Cooperação Técnico-Militar quer com os PALOP e Timor, quer no âmbito integrado da CPLP.